



Serviço Social e a questão agrária

Social Work and the agrarian question

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2012.

Por Elaine Martins Moreira*

Publicado em 2012 o livro *Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social* é resultado da tese de livre-docência da professora Raquel Santos Sant'Ana, defendida no ano de 2009 pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, da Universidade Estadual Paulista "Julio Mesquita Filho", em que estudou a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e a relação com o Serviço Social.

Este trabalho tem extrema relevância pela qualidade do estudo que desenvolve sobre a questão agrária e suas particulares expressões da questão social, sobretudo, pela análise da ação profissional do assistente social nesse contexto de profundas transformações no mundo do trabalho. Constitui-se, portanto, numa contribuição fundamental à profissão para apreensão da realidade rural ainda pouco estudada pelos assistentes sociais.

Na obra em questão tem ênfase a centralidade da relação capital/trabalho na agroindústria canavieira. Analisando a situação do trabalhador rural assalariado no corte da cana, sua condição de vida e de trabalho, e os rebatimentos dessa relação para a ação profissional do Serviço Social, fundamentalmente àqueles profissionais atuantes na política de assistência social.

* Assistente social, mestre em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / UFRJ), doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/ FSS/UERJ) e professora assistente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).
Correspondência: Av. Pasteur, 250 – Urca – Rio de Janeiro, 22290-240. E-mail: <elamoreira@yahoo.com.br>.

No primeiro capítulo “O Modelo de Desenvolvimento Agrário” destaca a grande propriedade com produção voltada para a exportação como elemento base na formação da sociedade brasileira e o cultivo em larga de escala de uma cultura, neste caso, a cana-de-açúcar, intrínseco a este modelo. Este setor da produção agrícola, que está presente no Brasil desde o século XVI, para se sustentar, conta com importante apoio do Estado, especialmente na criação de mecanismos que garantam seus lucros quando o mercado externo não absorve toda a sua produção, incluindo subsídios especiais para os períodos de recessão.

A autora chama a atenção para distintos momentos históricos onde o socorro governamental se torna indispensável para a manutenção do setor sucroalcooleiro. Enfatizando as intervenções do século XX tem-se: programas de apoio e incentivos diretos na metade dos anos 1960; o lançamento do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), com um discurso de busca de uma alternativa energética, que em verdade expressou o inerente compromisso com o setor, em 1975; e, uma segunda etapa desse programa em 1979; já nos anos de 1984-89 o referido programa chega a captar 53% dos recursos públicos aplicados.

A política de valorização fundiária e as alterações na base agrícola do país promovidas a partir dos anos 1960 provocam a “saída” do campo de milhões de pequenos agricultores, trabalhadores rurais e suas famílias: “O intenso êxodo rural e a imensa disponibilidade de força de trabalho nas cidades foram condições importantes para o sucesso do Pró-Alcool, marcado desde a sua implantação pela utilização de trabalho precarizado” (p. 23). Esse processo não se consolida sem resistência, todavia, esta política, em grande medida, ocorre durante governos da ditadura militar, onde além de manter-se acordo com os interesses da elite, desenvolve-se uma intensa repressão aos movimentos e organizações de trabalhadores do campo.

No início dos anos 1980 a relação do Estado com o setor canavieiro tem uma modificação com a diminuição das regulamentações, o que favoreceu as disputas entre os grupos, sua modernização e a entrada de capital internacional. Essa direção se amplia com a política neoliberal instituída nos anos 1990 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso através de novos financiamentos e da renegociação ou mesmo perdão de dívidas. Já no final da década parte dos usineiros pôde vender seus “bens” mesmo tendo recebido subsídio do Estado, fato que será reeditado com os novos compradores, os quais recebem financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), inclusive com somas maiores.

Com a gestão de Luís Inácio da Silva se efetivou aportes ao grande capital relacionados à infraestrutura e se providenciou recursos jurídicos – relacionados a questões trabalhistas ou ambientais. Particularmente de interesse do setor canavieiro teve a criação do Plano Nacional de Bionergia e do Plano de Aceleração do Crescimento, lembrando o Pró-Alcool, porém

sustentou-se no “discurso” da produção de energia limpa e renovável; outro programa importante foi o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). Os incentivos destinados corroboram para a ampliação da concentração fundiária e da desigualdade social, haja vista os processos de fusão que os grupos nacionais vêm promovendo, bem como a presença dos megagrupos econômicos internacionais no setor.

Este cenário é ainda mais agravado com a frouxidão na fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas, possibilitando o uso do trabalho escravo, ou situação análoga, conforme a autora destaca no segundo capítulo. Com título “O trabalho rural da cadeia produtiva do açúcar e álcool: um enfoque sobre o cortador de cana” expõe as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana. Para tanto se subsidia em estudos de outros autores, enfatizando as condições desumanas de vida e a superexploração acometida a estes trabalhadores, levando-os ao adoecimento, e em vários casos, até mesmo à morte; sustenta-se também nas informações obtidas através da pesquisa de campo realizada em quinze pequenos municípios de quatro regiões administrativas do estado de São Paulo. Nesta parte do livro apresenta a análise das vinte e seis entrevistas realizadas junto aos trabalhadores rurais, nascidos na região ou migrantes da década de 1980, sendo que doze deles mantinham-se na atividade enquanto que outros catorze trabalhadores não mais, estando ou não em outra ocupação.

O trabalho no corte da cana tem se tornado uma atividade eminentemente masculina, além disso, jovem; buscando garantir maior resistência física dos trabalhadores já que aqueles com mais de 40 anos de idade demonstram sinais de esgotamento físico. O trabalho no setor sucroalcooleiro sempre foi árduo e exaustivo, porém os avanços tecnológicos alcançados nos últimos vinte anos não reverteram esta condição, pelo contrário, uma série de pesquisas vem sendo desenvolvida tendo em vista o melhoramento da cana para maior produtividade. No que tange às condições de trabalho, não há melhora, o que ocorre é a intensificação do trabalho e o estabelecimento de metas de produção. Dentre os vinte e seis sujeitos da pesquisa apenas seis declararam não estar doentes ou com graves sequelas no corpo, ainda assim, três já sofreram acidente ou mal-estar no corte da cana.

Neste estudo a autora buscou também investigar como essas questões rebatem na ação profissional dos assistentes sociais e qual a compreensão dos mesmos em relação à questão agrária. No capítulo três, “O Serviço Social e a questão agrária”, analisa as informações obtidas por meio da entrevista com quinze assistentes sociais que trabalham nas mesmas regiões dos trabalhadores da cana. Há diversas possibilidades da atuação profissional se dar junto às diferentes disparidades econômicas e sociais produzidas pela exploração do capital sobre os trabalhadores no meio rural: trabalhando diretamente para a agroindústria, ou em órgãos governamentais destinados ao apoio técnico à agricultura de modo geral, ou aqueles vinculados à re-

forma agrária, e ainda, na gestão e operacionalização de políticas públicas municipais nas quais o trabalhador rural também está presente.

Entretanto percebe-se que “o Serviço social tem dificuldade de apreender a questão agrária como particularidade da questão social que envolve campo e cidade” (p. 188) e assim não faz a devida relação com as expressões dela decorrentes como desemprego, migração, doença, os conflitos produzidos na luta pela terra, entre outros.

A constatação de que a profissão ainda não conseguiu produzir acúmulo teórico substancial sobre a questão agrária, e o exercício profissional neste contexto, torna o conhecimento e debate sobre a obra da professora Raquel Santos Sant’Ana mais do que necessário, urgente.

